



CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Ata da reunião de 14 de outubro de 2015

Nesta data, reuniu-se por convocação da Presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP, o Conselho Estratégico de Informações da Cidade (CEIC), órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

- Índice de Progresso Social (IPS)

A reunião realizou-se na sede do IPP com a presença dos Conselheiros abaixo assinados e contou, também, com a presença de Marcelo Mosaner (AVINA), Vitor Mihessen (Casa Fluminense), e alguns servidores do Instituto Pereira Passos – IPP: Andrea Pulici, Danilo de Moura, Daniela Góes.

Essa reunião do CEIC continua o tema que não foi exaurido na reunião anterior, o Índice de Progresso Social (IPS).

Andrea Pulici inicia a reunião explicando o material apresentado aos conselheiros ante do início da reunião: um esquema geral dos indicadores pré-selecionados para o IPS e as perguntas conceituais que norteiam a escolha desses indicadores. (Observação: tanto a estrutura geral quanto as perguntas conceituais são definidas pela *Social Progress Imperative*, ONG que criou o IPS.)

Andrea apresenta Danilo de Moura, funcionário do IPP responsável pela criação do IPS Rio, e Marcelo Mosaner, consultor contratado com apoio da fundação Avina. Danilo mostrou a estrutura preliminar do IPS Rio, com abrangência territorial até o nível das regiões administrativas (RAs). Danilo salientou que o IPS é um indicador composto por três eixos principais, cada um com dimensões próprias. O objetivo de Danilo e Marcelo para a reunião do CEIC é obter *feedback* sobre o IPS como um todo, mas principalmente apoio na seleção de alguns blocos de indicadores problemáticos, em que a existência ou seleção de indicadores apropriados para o IPS Rio se tem mostrado desafiadora.

Danilo lembrou que o IPS apresentado ainda é preliminar, e que está aberto a sugestões e em constante mutação. Dito isso, Danilo esclareceu as duas principais restrições de um indicador a ser incorporado ao IPS: o indicador precisa chegar até o nível geográfico das RAs, e deseja-se que o indicador tenha uma periodicidade de no máximo dois anos. Se a primeira restrição levanta a possibilidade de uso do Censo, a última descarta essa possibilidade, afirmou Danilo.



O primeiro bloco em que Danilo e Marcelo tiveram dificuldades em encontrar indicadores apropriados foi o de água e saneamento. Os indicadores de água e saneamento do Rio de Janeiro são quase todos vindos de dados informados pela CEDAE ao Ministério das Cidades, por meio do SNIS. Esses dados são para o agregado da cidade do Rio de Janeiro, e não para as RAs. Jean Leonardus lembrou que o SisÁgua do Ministério da Saúde poderia ser uma fonte útil de indicadores. Jean Leonardus e Sergio Ferraz afirmaram que informações da CEDAE são notoriamente difíceis de serem obtidas. Perguntou-se se os indicadores desejados são indicadores de qualidade da água ou de acesso água, e foi esclarecido que o foco seria no segundo. Jean Leonardus lembrou que os dados da AP 5 podem ser obtidos, uma vez que a concessionária responsável é a Foz Águas 5, e não a CEDAE. Pedro Strozenberg pediu que seja feito o recorte da AP 5. Levantou-se então a possibilidade de constranger a CEDAE a fornecer a informação, possivelmente pela lei de acesso à informação. Sergio Ferraz, por sua vez, aventou a possibilidade de obter as informações de forma secundária, talvez pela SMH, ou usando o *proxy* do número de problemas de abastecimento relatados por RA. Morani perguntou se a CEDAE já havia sido contatada, ao que Andrea respondeu que ainda não.

Outro bloco de indicadores que trouxe dificuldades foi o de acesso à informação e comunicação. Buscou-se nesse bloco indicadores de acesso à internet, qualidade de rede telefônica, ou semelhantes. Ao contrário do bloco anterior, o problema aqui é principalmente de inexistência de dados, e não de sua revelação. Além dessa falta de informações, há o problema da dinâmica grande do setor, que muitas vezes torna indicadores de poucos anos anteriores obsoletos. Jean Leonardus lembrou que o PENSA tem acesso à dados das operadoras mostrando a localização dos celulares pela cidade. Bessernan sugeriu que esse bloco não é prioritário, uma vez que celulares são um bens quase universais na cidade. Um conselheiro lembrou que embora o acesso ao celular possa ser quase universal, a qualidade da rede deixa muito a desejar, e que isso poderia ser medido. Outra dificuldade metodológica é que o uso da internet e celular pode variar muito: uma pessoa pode ser usuária somente no trabalho e não em casa, pode ter boa qualidade de telefonia em casa mas não no trabalho, etc.

O acesso ao ensino superior é um outro bloco em que não se encontraram indicadores apropriados. O INEP fornece dados de qualidade, porém sem o recorte por RA, chegando somente ao nível de município. Outra questão do acesso ao ensino superior é que pensar esse dado em nível submunicipal não faz muito sentido – é mais interessante pensar em recortes de renda, cor de pele, sexo, etc. Além disso, temos muita migração pendular na região metropolitana do Rio por conta das universidades. Aventou-se a possibilidade de dados das próprias universidades sobre



o domicílio de seus alunos, mas concluiu-se que o acesso aos dados das universidades seria complicado demais.

O bloco de sustentabilidade dos ecossistemas também representou uma percalço na busca por um indicador ideal. Há dados de coleta seletiva, ciclovias, taxa de urbanização, arborização, etc, mas faltam dados de poluição de corpos hídricos. Dados de poluição atmosférica ainda serão obtidos junto ao INEA e à SMAC.

Outro bloco em que foram encontrados percalços é o de direitos individuais. Foi incluído um indicador de mobilidade com dados do ITDP (acesso ao transporte de massa num raio de 1km do domicílio.) Besserman pediu a palavra para perguntar por que incluir homicídios causados por intervenção policial e não a taxa de homicídios, ou mesmo a taxa de esclarecimento de homicídios. Outra ideia, destacou Besserman, é ter um indicador binário que represente a presença única do Estado ou seu compartilhamento do poder com milícias e traficantes. Strozenberg sugeriu um indicador de reconhecimento de logradouros, uma vez que moradores de logradouros não reconhecidos tendem a não poderem receber cartas e encomendas – parte importante da cidadania.

Besserman, então, inquiriu sobre qual seria a coincidência entre os indicadores escolhidos para os Planos Estratégicos do Prefeitura e aqueles escolhidos até agora para o IPS. Marcelo havia feito essa análise, porém somente para o PE 2013-16, uma vez que o PE 2017-20 ainda está em elaboração.

Concluída a apreciação coletiva dos blocos em que foram encontradas dificuldades na seleção de indicadores, Danilo pediu que o conselho se voltasse à questão dos indicadores de saúde que foram tão discutidos na reunião anterior do conselho. Danilo prosseguiu esclarecimento uma diferença que não havia ficado muito clara na reunião anterior: a taxa de mortalidade neonatal indica a qualidade do atendimento pré- e neonatal, ao passo que a taxa de mortalidade tardia indica mais a condição familiar a que a criança está submetida. A ideia, sugerida por Medronho, é incluir as duas taxas no IPS Rio – tendo excluído as ocorrências de mortalidade neonatal para o cálculo da taxa tardia – se ambas não forem muito correlacionadas.

Continuando na temática da saúde, Danilo falou do indicador de doenças infecto-parasitárias. Depois de conversar com especialista, chegou-se a conclusão de o ideal para um IPS do Rio de Janeiro é ignorar os poucos casos de doenças parasitárias e focar em casos de dengue e de tuberculose. Danilo então perguntou aos conselheiros que dados estariam disponíveis, ao que os conselheiros afirmaram existir dados ao nível de bairro. Besserman lembrou que o interessante no caso da dengue não é focar em óbitos, uma vez que esse não é tão comum no Rio de Janeiro. Aventou-se a possibilidade de incluir as outras doenças cujo vetor é o mosquito



Aedes aegypti (tais como as febres chikungunya e zika), porém como essas doenças ainda não são de notificação compulsória, não é possível fazê-lo. Decidiu-se, portanto, por manter o indicador de dengue preparado para ser incorporado também pelas outras doenças cujo vetor é o mosquito da dengue.

Terminada a temática da saúde, foi levantada por Silvia Ramos uma questão sobre o que seriam os direitos e quais seriam as liberdades individuais. Como os nomes e conteúdos dos blocos são pré-definidos pela *Social Progress Imperative*, não há muito como alterar a lógica do IPS. Pensou-se sobre indicadores de acesso à justiça, possivelmente a presença de juizados especiais por RA, de unidades do Procon, etc. No caso do Procon, pontuou Besserman, é possível que o indicador não faça sentido, pois não é necessariamente desejável ter um Procon por RA. No caso dos juizados, a territorialização é importante, uma vez que a mediação ocorrida é sempre presencial. Strozenberg sugeriu como indicador-*proxy* de acesso à justiça os casos levados a cabo pela defensoria pública para o fornecimento de medicamentos inicialmente não oferecidos pelo SUS. Depois de discussão acalorada sobre a eficácia desse indicador, chegou-se à conclusão de que ele seria dificilmente territorializado, não servindo para os propósitos do IPS. Maria Alice sugeriu grau de associativismo como indicador, mas Danilo e Marcelo não encontraram dados para tal indicador. Strozenberg continuou sugerindo olhar nos cartórios de pessoa jurídica quantas igrejas empresas associações etc. existem por RA.

Strozenberg continuou sugerindo mais indicadores de emprego e renda, ao que logo foi lembrado que o IPS não aceita indicadores relacionados à renda. Já foi incluído no IPS dados da RAIS mostrando a razão entre vagas de emprego formal sobre população de cada RA. Essa ideia, Danilo e Marcelo reconhecem, tem problemas. Estamos assim considerando os empregados na RA (independentemente de onde moram) e os moradores da RA (independentemente de onde trabalharam). Strozenberg sugeriu ainda acompanhar esclarecimento de homicídios com relação à exposição da mídia, porém os conselheiros acharam que seria excessivamente trabalhoso acompanhar a mídia. Outra ideia de Strozenberg era incluir licenças maternidade no bloco de direitos individuais. O cálculo desse indicador seria muito complicado, porém Medronho sugeriu incluir as consultas pré-natais por RA, o que foi aprovado pelos conselheiros. Por fim, Strozenberg sugeriu incluir indicadores de mudança climática. Possibilidades seriam indicar percentual da população da RA que vive em área vulnerável, observar as ilhas de calor por RA, ou usar o mapa da elevação do mar feito pelo IPP. Besserman relatou a preparação de um plano de contingência da prefeitura para a possibilidade da ocorrência de ondas de calor nos verões dos próximos anos, que atingirão temperaturas recorde e terão influência de um super El Niño.

Comentando o bloco de segurança pessoal, Silvia Ramos recomendou descartar a taxa de registro de crime de ameaça, uma vez que em áreas de milícia ou



tráfico de drogas essas taxas são muito mais baixas do que a realidade. Silvia recomendou empregar a taxa de mortes violentas intencionais. Outra recomendação foi usar taxa de jovens negros assassinados como indicador de oportunidade.

Daniel Cerqueira, depois de discorrer sobre o problema das definições do IPS e sobre a questão da inserção dos indicadores em cada bloco/eixo, perguntou por que não havia um indicador de creches. Salientou que acesso à creche é muito importante para o desenvolvimento infantil e para a participação das mulheres no mercado de trabalho. Danilo afirmou que há um indicador de educação infantil que inclui as creches. Outra ideia é incluir acesso à equipamentos culturais no bloco de oportunidades, ao que Danilo respondeu que não há dados sobre uso desses equipamentos, o que seria o ideal. Outra sugestão de Daniel seria calcular a expectativa de perda de vida para cada RA, o que capturaria o quão cedo vidas são perdidas por causa de homicídios por RA, por exemplo. Na mesma linha, Besserman sugeriu como indicar a morte de população da RA por conta de causas externas. Daniel recomendou também a inclusão de indicadores baseados nas estatísticas de internações, e não somente de mortes, porém Danilo afirmou que idealmente o IPS deveria incluir indicadores-fim.

Silvia Ramos retomou a palavra para sugerir como indicador de segurança pessoal a taxa de roubos de rua. Silvia argumentou que os roubos de rua no Rio são homogêneos em relação ao território, atingindo ricos e pobres (ao contrário da taxa de homicídio, por exemplo). Além disso, Silvia acredita que essa taxa que é a responsável pela percepção de insegurança da população, uma vez que ela é mais aparente do que os homicídios.

Antes de encerrar a reunião, Besserman chamou atenção para uma mudança nas reuniões do CEIC. A partir dos últimos encontros, o foco das discussões deve ser informação. A ideia é que os conselheiros se reúnam para, por exemplo, discutir o estado da informação sobre saúde no Rio, quais dados estão disponíveis, quais faltam, quais são de má qualidade. O intuito é que o CEIC ofereça à cidade um panorama informacional da cidade.

Por fim, Besserman delineou dois outros objetivos do CEIC. O primeiro deles é batalhar pela criação de um sistema nacional de estatísticas. A visão de Besserman é que o IBGE entrega poucos dados e com pouca frequência, de modo que idealmente teríamos um sistema mais flexível coordenado pelo IBGE. Um exemplo dessa flexibilidade seria, por exemplo, a possibilidade de um município investir numa pesquisa do IBGE em troca de uma maior amostra no município, o que resultaria em dados de maior qualidade e abrangência geográfica. Um outro caminho para um sistema nacional de estatísticas é melhorar os registros administrativos do país, apontou Besserman.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

O outro objetivo delineado por Besserman com o apoio da Eduarda La Rocque foi o de lutar para que o Plano Estratégico que está sendo preparado pela prefeitura inclua metas estratégicas com indicadores territorializados recalculados com alguma frequência, o que contribuirá para a redução da desigualdade territorial na cidade.

O Presidente do Conselho Sérgio Besserman finaliza a reunião agradecendo a todos os presentes pela participação em mais uma reunião do Conselho de Informações da Cidade.

Esta ata será assinada pelos conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos Conselheiros e constarão na ata do próximo encontro do conselho.

A Secretária Executiva, Daniela Góes, tomou notas e elaborou esta Ata, que vai assinada pelos Conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos Conselheiros e constarão da ata da próxima reunião do Conselho.



CONSELHEIROS

SERGIO BESSERMAN
PRESIDENTE

MAURO OSORIO
UFRJ

RUI A. SANTOS
LABGIS/UERJ

SERGIO MAGALHAES
IAB

JOANA MONTEIRO
ISP

ROBERTO MEDRONHO
UFRJ

JEAN CARIS
CVL

MARIA ALICE CARVALHO
PUC-RIO

DELMO ERNESTO MORANI
CEPERJ

JAILSON SOUZA E SILVA
OBSERVATÓRIO DE FAVELAS/ UFF

SILVIA RAMOS
UCAM

WASMÁLIA BIVAR
IBGE

SERGIO BESSERMAN
CADEGOM

WASHINGTON FAJARDO
IRPH

PEDRO STROZENBERG
ISER

CÉZAR VASQUEZ
SEBRAE



SUPLENTE

PAULO CESAR DOS REIS
UFRJ

JOSE AUGUSTO SAPIENZA
LABGIS/UERJ

FABIANA IZAGA
IAB

LEONARDO DE CARVALHO SILVA
ISP

AFRÂNIO KRITSKI
UFRJ

ROBERTA GUIMARÃES
CVL

ANA PAULA SOARES CARVALHO
PUC-RIO

RAULINO AQUINO OLIVEIRA
CEPERJ

JORGE LUIZ BARBOSA
OBSERVATÓRIO DE FAVELAS/ UFF

DANIEL CERQUEIRA
IPEA

FERNANDO ABRANTES
IBGE

ISABEL GONÇALVES
CADEGOM

ALINE ROMEU XAVIER
IRPH

ELIANA SOUSA E SILVA
REDES DE DESENV. MARÉ

CÉZAR KIRSZENBLATT
SEBRAE

LUIS FERNANDO VALVERDE
IPP